

Entrada: 08-02-2023

Votado na reunião de 01-03-2023

Rejeitado com os votos:

Contra: PS

Favor: CH e IL

Abstenção: PSD e PCP

Ausência: BE

Exmo. Senhor Presidente da Comissão de  
Defesa Nacional, Marcos Perestrello

**ASSUNTO: Requerimento para audição de vários responsáveis pelas diversas fases das obras de requalificação do antigo Hospital Militar de Belém**

Exmo. Sr. Presidente,

A insuficiência, e o caráter evasivo das respostas dadas hoje em audição pelo Sr. ministro dos Negócios Estrangeiros e pelo Sr. secretário de Estado da Defesa, vêm adensar ainda mais os contornos de suspeição de responsabilidades políticas e criminais que recaem sobre os intervenientes na planificação, autorização e execução das obras de requalificação do antigo Hospital Militar de Belém.

Em dezembro passado, o Ministério Público imputou 19 arguidos por corrupção ativa e passiva, abuso de poder, peculato e participação económica em negócio na chamada operação “Tempestade Perfeita”. Entre os arguidos desta operação, encontram-se antigos e atuais dirigentes do Ministério da Defesa Nacional, empresários e outros suspeitos de envolvimento nas diversas fases das obras de requalificação do Hospital Militar de Belém que derraparam dos previstos €750 mil, para os €3,2 milhões e que decorreram em 2020 durante a pandemia.

Quando em dezembro de 2022, o ex-ministro da Defesa João Gomes Cravinho foi chamado ao Parlamento para um debate de urgência sobre esta matéria, Gomes Cravinho foi perentório: disse que não autorizou nem lhe foi solicitado que autorizasse a despesa que resultou na mais do que triplicação do valor orçamentado para transformar o antigo Hospital num Centro de Apoio Militar para doentes ligeiros com covid-19. Afirmou também que foi sempre “prudente” e “proativo”: e que “em cada momento, com a informação que tinha, fiz exatamente o que devia fazer.”

No dia 19 de janeiro deste ano, o jornal “Expresso” noticia que ao contrário do que tinha afirmado no Parlamento, o ex-ministro da Defesa e atual ministro dos Negócios Estrangeiros, foi informado em março de 2020 (com as obras a decorrer há uma semana) de que os custos das obras no antigo Hospital Militar de Belém (HMB) estavam a ultrapassar o limite de €750 mil. De acordo com um ofício de 27 de março de 2020, obtido pelo referido jornal, Alberto Coelho, então diretor-geral de Recursos de Defesa Nacional (DGRDN), já havia informado o ministro sobre "trabalhos adicionais" que já somavam quase um milhão de euros a mais. Hoje, Alberto Coelho é um dos principais arguidos por corrupção e branqueamento de capitais na Operação “Tempestade Perfeita”.

Segundo a mesma fonte jornalística, o ofício com os pormenores contabilísticos foi enviado pela DGRDN para o ministro da Defesa, com conhecimento ao então secretário de Estado da Defesa, Jorge Seguro Sanches, descrevendo a situação da execução dos trabalhos em três pontos:

No primeiro, a DGRDN assumia que o orçamento original dos trabalhos era de €750 mil.

Num segundo ponto, descreve os trabalhos extra solicitados pelo Exército. O documento explica que estes trabalhos adicionais, a pedido do Exército, tinham um orçamento extraordinário de €420 mil, e comunicava que a DGRDN tinha dado início à execução dos mesmos.

Um terceiro ponto refere que o futuro diretor clínico do futuro centro, o Major-General Carlos Lopes, considerou serem necessários mais trabalhos adicionais, trabalhos estes que implicavam um extra nos custos a rondar os €500 mil.

Nas conclusões do documento, a DGRDN assume que tinha dado seguimento aos trabalhos mencionados dentro dos prazos estabelecidos. Também, e segundo a mesma fonte, o documento em causa, da autoria de Alberto Coelho, tinha a assinatura digital do subdiretor-geral, Major General Côrte-Real Andrade.

Por tudo o exposto, e perante a necessidade de se obterem mais esclarecimentos sobre as dúvidas e interrogações que persistem neste caso e que colocam em causa o bom nome de instituições basilares do Estado, como são o Ministério da Defesa Nacional e o próprio Exército

Português, torna-se crucial a procura da verdade e o esclarecimento daquilo que de facto aconteceu.

Assim, e ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido CHEGA vem requerer a audição das seguintes individualidades:

**Marco Capitão Ferreira;** ex-presidente da IdD Portugal e atual secretário de Estado da Defesa;

**General Nunes da Fonseca,** Chefe do Estado-Maior do Exército;

**João Leão;** ex-ministro das Finanças;

**Jorge Seguro Sanches;** ex-secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional;

**Alberto Coelho;** ex-diretor-geral de Recursos de Defesa Nacional;

**Paulo Branco;** ex-diretor da Gestão Financeira do Ministério da Defesa;

**Francisco Marques,** diretor de Serviços de Infraestruturas e Património.

Palácio de S. Bento, 8 de fevereiro de 2022

O Deputado do Grupo Parlamentar do CHEGA,

Pedro Pessanha